

SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

(atual denominação da Santander Finance Arredamento Mercantil S.A.)

CNPJ nº 03.502.968/0001-04

Relatório da Administração (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

atingiu o montante de R\$ 359.837 (31/12/2017 - R\$ 389.252). O prejuízo apresentado no exercício 2018 foi de R\$ 29.415 (31/12/2017 - lucro líquido de R\$ 18.889). **Ativos e Passivos:** Em 31 de dezembro de 2018, os ativos totais atingiram R\$ 371.437 (31/12/2017 - R\$ 402.785). Desse montante, destacamos, R\$ 331.304 (31/12/2017 - R\$ 334.819) que são representados por aplicações em depósitos interfinanceiros e R\$ 359.837 (31/12/2017 - R\$ 389.252) que são representados pelo patrimônio líquido.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 21 de março de 2019.
O Conselho de Administração
A Diretoria

Demonstração dos Resultados (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2º semestre 01/07 a 31/12/17	Exercícios 01/01 a 31/12/17	
	Nota	31/12/18	31/12/17
Receitas da intermediação financeira		10.388	20.937
Operações de arrendamento mercantil		39	55
Resultado com títulos e valores mobiliários		-	718
Despesas da intermediação financeira	12b	10.349	20.882
Operações de arrendamento mercantil		-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e valores mobiliários		-	30.900
Despesas administrativas		-	-
Operações de arrendamento mercantil		-	(648)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	7
Resultado bruto da intermediação financeira		10.388	20.937
Outras receitas (despesas) operacionais		(975)	(2.507)
Despesas administrativas	14	(2.055)	(3.097)
Despesas tributárias		(481)	(971)
Outras receitas operacionais	15	1.561	1.561
Outras despesas operacionais		-	(73)
Resultado operacional		9.413	18.430
Resultado antes da tributação sobre o lucro		9.413	18.430
Imposto de renda e contribuição social		(3.316)	(47.845)
Provisão para imposto de renda	16	(1.497)	(3.077)
Provisão para contribuição social	16	(1.724)	(3.543)
Passivo fiscal diferido	7a	(95)	(41.225)
Lucro líquido (Prejuízo) do semestre/exercício		6.097	(29.415)
Nº de Ações (Mil)		181.651	181.651
Lucro (prejuízo) por lote de mil ações em R\$		33,56	(161,93)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	01/07 a 31/12/18	01/01 a 31/12/18	01/01 a 31/12/17
	Nota	31/12/18	31/12/17
Atividades operacionais		6.097	(29.415)
Lucro líquido		6.097	(29.415)
Ajustes ao lucro líquido		-	507
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	(7)
Depreciações e amortizações		-	30
Superveniência de depreciação		-	484
Variações em Ativos e Passivos		(7.932)	(6.567)
Redução em Títulos e Valores Mobiliários (Aumento) em Operações de Arrendamento Mercantil		-	(287)
Redução/(Aumento) em Outros Créditos		(1.477)	55.644
Aumento em Outros Valores e Bens		(9.974)	(11.436)
Redução/(Aumento) em Outras Obrigações		4.277	(1.036)
Impostos Pagos		(758)	(15.485)
Caixa líquido gerado em atividades operacionais		(1.835)	(1.728)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		-	(3)
Alienação de imobilizado de arrendamento		-	-
Redução no diferido		-	275
Fluxo líquido gerado em atividades de investimento		-	275
Caixa líquido gerado em atividades de financiamento		13d	(897)
Dividendos pagos		(897)	(897)
Caixa líquido gerado de / (aplicado em) atividades de financiamento		(897)	(897)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(2.732)	(2.625)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		335.031	334.924
Caixa e equivalentes no fim do semestre/exercícios	4	332.299	332.299
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(2.732)	(2.625)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

b) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações: 31/12/17

	Fiscais 31/12/18	Cíveis 31/12/18	Fiscais 31/12/17	Cíveis 31/12/17
Saldo inicial	270	442	1.668	1.073
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	(179)	330	(1.398)	(631)
Saldo final	91	772	270	442

Depósitos em Garantia - Outros - Créditos: Em 31 de dezembro de 2018 o saldo em depósitos em garantia é de R\$ 1.081 (31/12/2017 - R\$ 1.040) ⁽¹⁾ Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais. **c) Passivos contingentes fiscais e cíveis classificados como perda possível:** São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. As ações com classificação de perda possível, de natureza cível, totalizaram em R\$ 405.

12. Transações com partes relacionadas: a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração: Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Companhia realizada em 30 de abril de 2018, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2018, no valor máximo de até R\$10.000,00 (dez mil reais). A Companhia é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. Em 2018 e 2017, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria, Conselho de Administração e Planos de Aposentadoria Complementar. **b) Transações com partes relacionadas:** As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Banco Santander (Brasil) S.A.

Disponibilidades 898 - 8 -
Aplicações em depósitos interfinanceiros 331.304 20.876 334.819 30.892
Títulos e valores mobiliários 97 6 -

c) Operações de Crédito: Nos termos de legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo: I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau; II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Companhia, com mais de 10%; III - pessoas jurídicas, de cujo capital participem com mais de 10%, a Companhia; e IV - pessoas jurídicas, de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau. **d) Participação Acionária:** A SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é controlada pela Santander Leasing, que possui participação acionária direta de 181.651 mil ações ordinárias equivalentes a 100% do capital social. **13. Patrimônio líquido: a) Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2018, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 210.810, representado por 181.651 ações, divididas ordinárias nominativas (R\$ 210.810 representado por 181.651 ações, ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2017). **b) Reservas:** O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação: **Reserva Legal:** De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. **Reservas Estatutárias:** As reservas estatutárias são constituídas por determinação do estatuto da Companhia, como destinação de uma parcela dos lucros do exercício, e não podem restringir o pagamento do dividendo mínimo obrigatório. **c) Lucros acumulados:** Conforme Resolução nº 3.605/08, no encerramento do exercício social, os lucros não destinados deverão ser distribuídos. Em 31 de dezembro de 2018, o prejuízo remanescente de R\$ 29.415 (lucro líquido de R\$ 18.889 em 31 de dezembro de 2017) foi revertido para a rubrica de reserva de lucros. **d) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 5% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. Em 31 de dezembro de 2017, foram destinados dividendos mínimo obrigatório, no montante de R\$ 897, relativo ao exercício findo em 31/12/17, que foram aprovados pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 26/03/18.

	31/12/18	31/12/17
14. Outras despesas administrativas:	31/12/18	31/12/17
Despesas de serviços técnicos especializados	1.911	829
Despesas com liquidações judiciais	669	508
Despesas de serviços do sistema financeiro	144	155
Serviços prestados	-	595
Outras	373	436
Total	3.097	2.523

15. Outras receitas operacionais: Atualização de depósitos judiciais 1.414 5.680
Recuperação de encargos e despesas 147 1.868
Total **1.561** **7.548**

16. Imposto de renda e contribuição social: Os encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações do exercício estão demonstrados a seguir:

	IRPJ 31/12/18	CSLL 31/12/18	IRPJ 31/12/17	CSLL 31/12/17
Resultado antes da tributação sobre o lucro	18.430	18.430	34.318	34.318
Resultado antes dos impostos	18.430	18.430	34.318	34.318

Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Aliquotas de 25% e 20%, respectivamente (1) 4.608 3.686 8.580 6.864
Despesas Indevidáveis Líquidas
de Receitas não Tributáveis (1.531) (143) (4.387) 114
Imposto de Renda e Contribuição Social **3.077** **3.543** **4.193** **6.978**
(1) Majoração Provisória da alíquota de CSLL, a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018.

17. Outras informações: Em consonância à Resolução do CMN 3.198/04, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. As instituições integrantes do Conglomerado Santander Financeiro optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Contador: Robinson Tiengo Caruzzo
CRC SP-292640/O-0

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Passivo Circulante		10.737	11.118
Outras obrigações	9	9.944	11.118
Fiscais e previdenciárias		-	897
Sociais e estatutárias		-	340
Diversas	10	793	340
Exigível a longo prazo		863	2.415
Outras obrigações		863	2.415
Fiscais e previdenciárias	9	-	1.824
Diversas	10	863	591
Patrimônio líquido	13	359.837	389.252
Capital Social		210.810	210.810
Reservas de lucros		149.027	178.442

Total do Passivo e Patrimônio líquido **371.437** **402.785**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Valores Expressos em Milhares de Reais, Exceto Quando Indicado)

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		210.810	12.197	149.168	-	372.175
Lucro líquido do exercício	13c	-	-	-	18.889	18.889
Destinações:						
Reserva Legal	13b	-	944	-	(944)	-
Reserva Estatutária	13b	-	-	17.048	(17.048)	-
Dividendos	13d	-	-	(915)	(897)	(1.812)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		210.810	13.141	165.301	-	389.252
Mutações do período		-	944	16.133	-	17.077
Saldos em 31 de dezembro de 2017		210.810	13.141	165.301	-	389.252
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	13c	-	-	-	(29.415)	(29.415)
Reversão:						
Reserva Estatutária	13b	-	-	(29.415)	29.415	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		210.810	13.141	135.886	-	359.837
Mutações do período		-	-	(29.415)	-	(29.415)
Saldos em 30 de junho de 2018		210.810	13.141	129.789	-	353.740
Lucro líquido do semestre	13c	-	-	-	6.097	6.097
Destinações:						
Reserva Estatutária	13b	-	-	6.097	(6.097)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		210.810	13.141	135.886	-	359.837
Mutações do período		-	-	6.097	-	6.097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: A SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Companhia) controlada pela Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing"), atua no mercado de corretagem de Títulos e Valores Mobiliários, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para a corretagem nas negociações de Títulos e Valores Mobiliários em Geral. O conglomerado Santander é responsável pela prestação de serviços relacionados à gestão e controle operacional das operações das negociações de Títulos e Valores Mobiliários realizadas através da Companhia. As operações da Companhia são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander). Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de maio de 2018 a companhia aprovou a modificação do seu objeto social para uma sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários, e a alteração de sua denominação para SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O processo de alteração foi aprovado pelo Bacen em 16 de novembro de 2018 com sua publicação no Diário Oficial da União em 20 de novembro de 2018.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras da Companhia, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Diretoria Executiva autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 na reunião realizada em 21 de março de 2019.

3. Principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras foram: **a) Apuração do Resultado:** O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço. **b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia. **c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo:** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001. **d) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias. **e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia. **f) Títulos e Valores Mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis: I - títulos para negociação; II - títulos disponíveis para venda; e III - títulos mantidos até o vencimento. Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, desvalorização decorrente de tal ajustado ao valor de mercado, adequando-se a valorização ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação"; e 2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia. As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período. **g) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros:** A Resolução do CMN 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem: (i) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001; (ii) Instrumentos financeiros derivativos, conforme a Circular Bacen 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e (iii) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente de sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007. De acordo com esta Resolução, a Companhia passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos. **h) Despesas Antecipadas:** São contabilizadas os pagamentos antecipados a prestadores dos serviços decorrentes da mudança do objeto social da Companhia. **i) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros. As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 11.c) e para os processos cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação. Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras (Nota 11.a). No caso de trânsitos em julgado favoráveis a Companhia, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas. **j) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins):** O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. Para as instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referência base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias. **k) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicada sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras (15% até agosto de 2015), incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendendo entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui créditos tributários não ativados. ⁽¹⁾ A baixa do crédito tributário ocorrida no primeiro semestre de 2018 é decorrente da alteração do objeto social da Companhia (Nota 1) **b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários:** Projeção de realização a valor presente dos créditos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais na Companhia

	31/12/18		31/12/17	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Valor Total	Total
2019	301	181	482	2.830
2020	73	44	117	2.831
2021	73	44	117	3.124
2022 a 2031	17	11	28	32.902
Total	464	280	744	41.687

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros. **c) Valor Presente dos Créditos Tributários:** O valor presente total dos créditos tributários é de R\$ 718 (31/12/17 - R\$ 31.136) calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

	31/12/18	31/12/17
8. Outros Créditos - Diversos	31/12/18	31/12/17
Antecipações de IR e CS	1.214	1.885
Depósitos Judiciais ⁽¹⁾	24.663	23.249
Outros créditos	1.081	1040
Total	26.958	26.174
Curto prazo	1.214	1.885
Longo prazo	25.744	24.289